

José Luís Fiori
entrevista

por Raphael Padula

Oikos: O mundo tem passado por uma crise na liderança dos Estados Unidos no sistema internacional, alimentando a complexidade do cenário geopolítico e geoeconômico internacional. Como o Professor caracteriza atualmente o sistema político internacional e a liderança norte-americana, especialmente em relação à geopolítica e à geoeconomia?

Fiori: Olhando para o mundo, neste final de 2005, não há dúvida de que o sistema político internacional está perdendo “vitalidade orgânica”, e que os Estados Unidos estão – neste momento – sem uma orientação estratégica nítida e consensual. E tudo indica que esta tendência deva se manter e aprofundar durante o ano de 2006, porque não existe solução imediata para nenhum dos problemas que estão na origem desta “sensação de vácuo”, a começar pelo pântano em que se transformou a intervenção norte-americana no Iraque.

A consequência imediata deste “atolamento” dos EUA no Iraque, foi o descrédito e o arquivamento precoce, durante 2005, do grande projeto neoconservador, do segundo governo Bush: o seu programa de democratização e reforma econômica liberal, do “Grande Oriente Médio”, uma espécie de “cruzada civilizatória” do antigo Império Otomano, que foi recebido pelos europeus, no seu devido momento, com a indisfarçável complacência dos mais velhos. Mas, além disto, o fracasso iraquiano corroe a credibilidade das ameaças americanas contra o “eixo do mal”, o mesmo acontecendo com a “guerra global ao terrorismo”, cada vez mais impotente frente a uma ameaça ubíqua, de grupos e redes que não obedecem a nenhuma hierarquia nem muito menos a um comando centralizado.

Não é de estranhar, portanto, que neste final de 2005, o mundo se sinta órfão da liderança norte-americana. E o que se pode esperar daqui para frente, é um prolongado e melancólico final do segundo mandato do presidente Bush. Seu governo perdeu o rumo estratégico, e hoje se apresenta sem um projeto, ideologia ou utopia capaz de mobilizar os seus aliados tradicionais e a opinião pública mundial. A utopia da globalização virou um lugar comum, e perdeu sua força mobilizadora, porque sua promessa de igualdade e convergência da riqueza das nações e das classes, foi sendo desmentida pelos fatos e pelos números do mundo real. Hoje, a retórica dos mercados desregulados e do fim das

fronteiras nacionais soa como um jargão ultrapassado, sem capacidade de mobilizar pessoas, nem de organizar a estratégia ideológica do poder americano.

Mas é importante sublinhar que a atual fragilidade do sistema político internacional não vem apenas dos EUA. Basta olhar para a Europa para encontrar a mesma falta de vitalidade e de nitidez estratégica no caso notório e terminal do governo Chirac, na França; do governo em decadência de Berlusconi, na Itália; e até mesmo, no caso do recém-reeleito governo Blair, na Inglaterra, que vem enfrentando derrotas parlamentares e divisões e deserções sucessivas, dentro de suas fileiras partidárias e dentro do seu próprio governo, que decidiu participar da Guerra do Iraque, e que agora vai se desfibrando lentamente. No caso da Alemanha, o recém formado governo de coalizão, entre democrata-cristãos e social-democratas – da primeira-ministra Ângela Merkel – já nasceu fragilizado pelo fato de reunir num mesmo gabinete os principais adversários das últimas eleições parlamentares alemãs que terminaram praticamente empatadas, refletindo a profunda divisão atual da sociedade alemã. Por fim, a própria União Européia perdeu fôlego e rumo, no ano de 2005, depois que os franceses e holandeses disseram um rotundo “não” à nova Constituição Européia, deixando a União sem uma estrutura clara de poderes e sem um projeto estratégico de longo prazo, dividida entre a posição inglesa, favorável à constituição apenas de um mercado comum e de um “império” frouxo, e a posição franco-alemã, favorável a um estado federal europeu com um projeto econômico e de poder global.

Estes fatos e tendências declinantes que marcaram o ano de 2005 apontam para um novo ano em que o mundo sentirá a falta de uma liderança clara e de alguma diretriz estratégica capaz de orientar o cálculo coletivo dos seus principais atores. Este quadro que deve se manter e aprofundar durante o ano de 2006, não significa, entretanto, que o mundo esteja vivendo uma crise terminal do poder americano. Muitos especialistas têm dificuldade de analisar a conjuntura internacional sem referi-la a um fim próximo, ou a uma ruptura definitiva, confundindo, muitas vezes, o mundo real com seus desejos ou posições pessoais. Como vimos, os EUA estão atolados no Iraque e sem uma porta de saída clara e honrosa, mas isto não configura uma crise catastrófica, do seu poder global. O que está em curso, na verdade, não é propriamente uma crise, é uma transformação ou mudança profunda e lenta do eixo geopolítico e geoeconômico do sistema mundial. Pode tomar anos ou décadas, mas neste *intermezzo*, do ponto de vista do tempo longo, não existe passividade ou paralisia dentro do próprio sistema. A própria necessidade norte-americana de alianças e apoios nas guerras do Afeganistão e Iraque acabou

devolvendo, recentemente, a liberdade de iniciativa militar ao Japão e à Alemanha, ao mesmo tempo em que permitiu à Rússia reivindicar de volta o seu direito de “proteção” na sua “área de influência” ou “zona de segurança” clássica, onde se instalaram bases e tropas norte-americanas, depois de 1991. Aos poucos está se formando uma nova polarização dentro do Oriente Médio, com o surgimento de um eixo de poder xiita e a possibilidade de um confronto generalizado com as forças sunitas, dispersas por vários estados da região. E até mesmo na América Latina, podem-se identificar mudanças significativas na política externa de vários países que contestam ou propõem redefinir os termos da hegemonia norte-americana no hemisfério ocidental. Enquanto isto, do outro lado do mundo, o sistema estatal e capitalista asiático se parece cada vez mais com o bem-sucedido modelo do “milagre europeu”, mas não é provável que se repita na Ásia algo parecido com a União Européia. E, portanto, como a história também é feita de permanências e repetições, não é de se estranhar o aumento periódico dos conflitos nas relações intra-regionais do sudeste asiático.

Contudo, as grandes transformações geopolíticas e geoeconômicas que estão em curso dentro do sistema mundial são de duração lenta, e estão ocorrendo simultaneamente em dois tabuleiros diferentes.

Oikos: Como a América Latina se situa neste contexto?

Fiori: Na nova agenda, o terrorismo perdeu presença, predominando um conjunto diversificado de questões e problemas mais “clássicos” e que explicitam de forma mais nítida as dificuldades e os limites do poder global dos EUA, neste início do século XXI. Problemas com relação à imprevisibilidade da velha Rússia; ao desequilíbrio crescente das relações entre a China, Taiwan e Japão; ao belicismo da Coreia do Norte e, eventualmente, do Irã e da Síria; ao tema da contenção nuclear e do controle das armas de destruição de massas; a necessidade de construção de um sistema global de segurança energética; a “cronificação” dos conflitos no Oriente Médio e a crescente exclusão africana do sistema econômico mundial. Para não falar dos problemas financeiros criados pela inexistência de qualquer tipo de regulação ou acordo global, entre os três grandes blocos econômicos que comandam a economia mundial, em particular, neste momento, o problema das relações entre a política monetária americana e o comportamento dos bancos centrais do Japão, Coreia do Sul, China, Taiwan, Hong Kong e Índia. Como se pode ver, uma agenda extremamente pesada e com problemas que permanecerão por muito tempo sem acordos. A idéia recorrente é de que todos

querem “virar a página” e começar uma nova relação entre si, onde os EUA se mostrariam mais dispostos a ouvir a opinião dos Europeus sobre as suas decisões e sobre sua política de propagação global da “democracia e da liberdade”.

O que chama a atenção no primeiro debate aberto entre os governantes ocidentais, sobre o desenho de uma nova ordem mundial, é a total ausência da América Latina como parceira da nova ordem, ou mesmo, como fonte de problemas e preocupações coletivas para as Grandes Potências. A primeira impressão que fica deste silêncio, é que a América Latina segue ocupando o mesmo lugar que detém desde sua independência, no século XIX, como zona de controle incontestável dos países anglo-saxões, primeiro da Inglaterra e depois dos EUA. Na verdade, a América é o único continente onde jamais houve nenhum tipo de disputa hegemônica entre os países americanos ou com qualquer outra potência externa, depois da desmontagem dos impérios ibéricos, ao sul do Rio Grande, e da formulação da Doutrina Monroe, concebida e aplicada pelos ingleses, durante todo o século XIX.

Apesar disto, o futuro talvez não seja tão simples nem linear neste continente que navega longe do epicentro das disputas geopolíticas das Grandes Potências. Basta ver que a América Latina não frequentou as conversações oficiais de Bruxelas, mas esteve presente durante toda a semana em alguns dos principais jornais europeus, exatamente durante o período em que se desenvolvia a “cúpula atlântica”. Numa mesma semana, a revista *The Economist* publicou uma extensa matéria sobre a expansão do conflito entre os EUA e a Venezuela e seus impactos sobre relações entre os demais países latino-americanos; o jornal *Finacial Times* deu destaque ao relatório produzido pelo Fórum organizado em Washington – pelo *Dialogo Interamericano* – sobre os mesmos temas tratados pelo *Economist*, o qual foi liderado por duas pessoas do grupo do ex-presidente Bill Clinton (a norte-americana Carla Hilss e o brasileiro Fernando Henrique Cardoso); e, finalmente, o jornal espanhol *El Pais*, publicou uma matéria no ultimo dia 26 de fevereiro, sugerindo que o “presidente Lula está promovendo uma revolução na política externa brasileira”. O *Economist* faz um mapeamento mais completo dos problemas envolvidos na relação entre Chavez e Bush, incluindo a convergência ideológica e a aliança político-econômica entre Chavez e Fidel; as novas encomendas de armamento não-americano, por parte do governo venezuelano, inclusive do Brasil; o temor de que a Venezuela forneça petróleo para a China, pressionando o mercado americano; e, por fim, o tema recorrente da ameaça à democracia venezuelana, apesar de que Chavez tenha aceitado e ganho o último plebiscito pedido pela oposição e defendido pelos

EUA. O mais importante, entretanto, na matéria do *Economist* é sua discussão do papel dos demais países latino-americanos, liderados pelo Brasil, na diluição da recente crise entre Colômbia e Venezuela. Episódio que deixou a administração americana isolada uma vez mais depois do seu apoio ao fracassado golpe do ano retrasado, que afastou Chavez do governo durante 48 horas. O jornal *El País*, por sua vez, analisa esta mudança na relação entre os países latino-americanos, a partir da política externa do governo brasileiro e como resultado de uma convergência crescente entre os objetivos estratégicos e de longo prazo das políticas externas de alguns outros países do continente, com especial destaque para a Argentina e a Venezuela. No caso brasileiro, a imprensa sublinha o papel que vem cumprindo o Itamaraty na sustentação das democracias latino-americanas e no estreitamento dos laços políticos e econômicos entre os países do continente, incluindo a disposição de construir uma nova base material capaz de transformar a vontade política de integração numa realidade econômica concreta, começando pela montagem de uma infra-estrutura de transporte e comunicação que conecte todo o continente. Mas, além disto, a imprensa destaca, com razão, a inteligência da política externa brasileira quando procura internacionalizar os problemas do continente, sem agredir os EUA. Como no caso da criação do G-20, nas negociações da OMC (Organização Mundial de Comércio) e na criação de várias outras alianças e blocos transversais, envolvendo países da África e da Eurásia.

Os europeus têm apoiado de forma discreta estes novos movimentos diplomáticos e econômicos dos latino-americanos. Não pretendem se envolver excessivamente com a zona incontestável do poder global dos EUA. Mas vêm com simpatia a possibilidade de algum tipo de competição no continente que contribua para o seu projeto de “multipolarização” do sistema político mundial. Nada que assuste os americanos, mas que pelo menos abra as portas do continente a uma maior influência política da União Européia. Por isto estão apoiando a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, e o presidente Jacques Chirac da França não tem perdido oportunidade de demonstrar sua simpatia e apoio a todas as iniciativas internacionais do presidente Lula. Por outro lado, do ponto de vista da administração Bush, não existe uma posição unificada frente a estes novos desdobramentos latino-americanos. A América Latina sempre ocupou um lugar secundário na agenda internacional dos EUA, e, hoje, o governo Bush mantém uma posição ambígua frente à política externa do governo Lula, que não é antinorte-americana e que propõe o fortalecimento das novas democracias do continente, em linha com os objetivos missionários da segunda administração Bush de

difundir *urbe et orbi* a “democracia e a liberdade”. Além disto, o Itamaraty não é responsável pelo fato de que no momento quase todos os governos da América do Sul sejam de esquerda ou de centro-esquerda.

Por isto, a consolidação de um eixo de esquerda no comando da política externa latino-americana significa um passo importante na consolidação da atual política externa brasileira. Uma oportunidade sem precedente para que o continente se levante sobre suas próprias pernas e se proponha coletivamente como um ator e como um tema da nova agenda internacional das Grandes Potências. Mas esta não é evidentemente a posição noticiada pelo *Financial Times* e defendida pelo grupo de seguidores de Clinton, liderados neste caso por FHC, no Fórum *Diálogo Interamericano*. Eles vêm acusando o presidente venezuelano de ter posições populistas, nacionalistas e antidemocráticas, e apostam todas suas fichas num alinhamento e numa relação preferencial com os EUA, parecido com o que tiveram os *domínios* ingleses do século XIX. O mesmo objetivo estratégico que orientou a política externa do governo FHC, entre 1994 e 2002, e que agora, de novo, está se transformando na nova trincheira que separa, de forma cada vez mais nítida e radicalizada, o projeto externo dos governos progressistas do continente dos interesses e das alianças que estão sendo reconstruídas pelas mesmas coalizões neoliberais da década de 90. Coalizões que foram derrotadas neste início do novo século e que se propõem voltar ao poder sob a liderança servil dos senhores Carlos Menem, na Argentina, Andre Perez, na Venezuela e FHC no Brasil.

Oikos: Como pode ser vista a ascensão da esquerda na América Latina?

Fiori: Neste início do Século XXI, está acontecendo algo inédito na América Latina, um continente que se move de forma quase sempre sincrônica, apesar de sua enorme heterogeneidade interna.

Com o fim da Guerra Fria, na década de 1990, a “indução” norte-americana e a convergência dos “latinos” se deslocaram para o campo das políticas econômicas. Como parte da renegociação de suas dívidas externas, quase todos os governos da região adotaram um programa comum de políticas e reformas liberais que abriu, desregulou e privatizou suas economias nacionais, como no caso de Carlos Salinas, no México, Andrés Perez, na Venezuela, Carlos Menem, na Argentina, Fernando H. Cardoso, no Brasil e Alberto Fujimori, no Peru. Com o passar do tempo, entretanto, o novo modelo econômico instalado pelas políticas liberais não cumpriu sua promessa de crescimento econômico sustentado e diminuição das desigualdades sociais. Na virada do novo

milênio, a frustração destas expectativas contribuiu, decisivamente, para a nova inflexão sincrônica do continente que está em pleno curso, neste momento: uma sucessão de vitórias democráticas da esquerda em quase todos os países da América do Sul, e talvez, em breve, no México e em alguns países da América Central.

A eleição do líder indígena e socialista Evo Morales, para presidente da Bolívia, no final de 2005, e a da militante socialista Michele Bachelet, no Chile, no início de 2006, foram apenas dois pontos de uma trajetória vitoriosa da esquerda que começou, no Brasil, em 2002 e que seguiu na Argentina, Venezuela e Uruguai, podendo chegar ao Peru, Equador e México, ainda em 2006. Uma verdadeira revolução político-eleitoral, sem precedente histórico e que coloca a esquerda frente ao desafio de governar democraticamente, convivendo – em geral – com a má vontade dos EUA e dos “mercados” e com a hostilidade permanente da grande imprensa. Um desafio que já foi enfrentado pelos europeus, mas que só foi experimentado pela esquerda latino-americana, de forma muito pontual, durante todo o século XX.

Neste mesmo momento, a esquerda européia está vivendo uma situação diametralmente oposta, depois de uma sucessão de derrotas eleitorais e de divisões internas, cada vez mais profundas, frente aos principais problemas contemporâneos da União Européia. Por todo lado, o sentimento dominante é que a esquerda européia perdeu o rumo e vive uma profunda crise de identidade, sem conseguir mais se renovar ou reinventar. E parece que de fato não dispõe, no momento, de novas idéias, programas ou políticas específicas para propor ao eleitorado europeu. O mesmo ocorreu, até recentemente, com a esquerda latino-americana, que foi cercada, paralisada ou mesmo convertida pelo grande consenso neoliberal das últimas décadas do século XX. Talvez por isso, na América do Sul, quem está agora abrindo ou tentando abrir novos caminhos são homens que não pertencem às elites intelectualizadas e que não estão em geral familiarizados com os debates clássicos da esquerda socialista ou marxista européia. São homens que defendem valores éticos, sociais e políticos populares, nacionais e igualitários, que criticam as políticas neoliberais (pelo menos no plano retórico) e o intervencionismo imperial dos EUA e, ao mesmo tempo, defendem um projeto político e econômico sul-americano sem ser autárquico. Mesmo assim, a experiência européia do século XIX e XX segue sendo uma referência decisiva para repensar – no início do século XXI – o que seja ou deva ser um governo “igualitário”, democrático e de esquerda. Ou ainda, de forma mais concreta, o que possa ser uma “gestão socialista” de uma sociedade e de um

capitalismo subdesenvolvido e periférico que vive na sombra imediata do poder global norte americano?

Oikos: Como o Professor avalia a integração sul-americana (união entre Mercosul e União Andina): seus desafios e impasses, resultados – caso se efetive – e perspectivas?

Fiori: Acho que é um velho sonho de alguns poucos que agora começa a ter viso de realidade. Na verdade o Brasil sempre viveu de costas para a América Espanhola e com os olhos postos na Europa e depois nos Estados Unidos. Suas elites conservadoras sempre estiveram mais preocupadas em manter sua posição de sócios subalternos da Inglaterra e dos Estados Unidos do que com a construção de um projeto regional de integração e do poder global. Neste momento, entretanto, existe uma forte vontade política, na Argentina, Brasil e Venezuela, apesar das resistências conservadoras e dos interesses econômicos imediatos. Pouco a pouco, os governos atuais destes três países têm dado demonstrações claras e concretas de envolvimento com o projeto sul-americano, mesmo quando tenham tido que abrir mão de algumas posições e vantagens imediatas. O caminho não é fácil e neste momento transformou-se numa competição aberta com os Estados Unidos e seu projeto da ALCA, agora substituído por uma sucessão de acordos comerciais bilaterais, como no caso do Chile, e mais recentemente com os acordos feitos às pressas, com o Peru, Colômbia e Equador. Mas acho que apesar do hiper-poder norte-americano, nunca houve condições tão favoráveis à integração sul-americana. Pela primeira vez, inclusive, existe uma convergência real entre a vontade política dos governantes e alguns interesses econômicos fundamentais, como no caso da questão energética, do gás e do petróleo, que estão se transformando na moeda de troca do continente.

Oikos: O pensamento crítico latino-americano perdeu seu rumo ao longo dos anos 80, e foi tomado de assalto pelas idéias neoliberais e, em particular, pelas idéias econômicas ortodoxas que se transformaram no discurso dominante em todas as áreas, mesmo fora da economia. Como foi que isto aconteceu? Atualmente o “pensamento crítico” tem sido retomado na escola de Campinas e no grupo de Economia Política da UFRJ, sob sua coordenação. Em sua opinião, sob qual perspectiva esta tradição de pensamento deve ser retomada?

Fiori: O novo liberalismo ou ‘pensamento único’ dos anos 80, apesar de conter forte conteúdo econômico e indiscutíveis pretensões à cientificidade acadêmica, foi muito

além de tudo isto, não apenas do ponto de vista territorial e sociológico, mas sobretudo porque conseguiu se transformar num *mix* de projeto político-econômico de curto prazo e utopia histórica de longo prazo. E o que é mais surpreendente, uma utopia ou crença quase religiosa, difundida igualmente, nos anos 90, entre os países ricos e pobres. Como explicar esta repentina e vertiginosa expansão, no final do século XX, de um ‘pensamento único’ cujas idéias centrais datam do século XVIII? Tendo presente, em primeiro lugar, que a nova hegemonia não se construiu apenas no campo das idéias, não foi a vitória de uma teoria científica mais correta ou verdadeira ou apenas de uma ideologia mais convincente. Para compreender a força das novas idéias é preciso distinguir, claramente, entre duas etapas de sua trajetória vitoriosa. Na primeira, a nova crença econômica liberal serviu como arma ideológica na ofensiva interna que conduziu Thatcher, Reagan e as ‘altas finanças’ ao comando político-econômico do mundo anglo-saxão. Depois da vitória liberal-conservadora e do início das políticas “desregulacionistas” dos governos norte-americano e inglês, o próprio processo da globalização financeira foi forçando – num segundo momento – os países mais fracos a um ajustamento econômico que colocou seus governos sob o controle dos mercados financeiros. É nesta etapa que as idéias neoliberais se universalizaram e se transformaram num verdadeiro ‘pensamento único’, ao conquistarem os espaços midiáticos e intelectuais dos países que foram se submetendo às novas regras impostas pelo eixo anglo-saxão. Nestes casos, o ‘pensamento único’ transformou-se rapidamente num consenso e numa política extremamente vantajosa para as elites cosmopolitas e internacionalizadas dos países que se integraram, de forma subordinada, à nova ordem econômica mundial, desregulada, financeirizada e liderada pelos anglo-saxões. Do ponto de vista dos desfavorecidos ou excluídos pela globalização, entretanto, como no caso da maior parte da população dos países do ex-mundo socialista e de toda a América Latina, transformou-se na explicação oficial da rendição pura e simples dos seus governantes aos ditames do “mercado”.

No início do novo milênio, é muito grande a insatisfação com estas idéias e políticas hegemônicas nas últimas décadas do século XX. No debate político-ideológico e na academia multiplicam-se as pesquisas, os cursos e os grupos de reflexão que buscam novos rumos, enfrentando-se com a imensa dificuldade de se desfazer de um “senso comum” que tomou conta do dia-a-dia e que reaparece em todos os cantos e em todos os discursos – como se fosse uma coisa pegajosa que reaparece sempre de novo, nos mais mínimos detalhes e nas horas mais inesperadas. De qualquer maneira sou otimista

e acho que pouco a pouco o trabalho crítico está recolocando de volta o problema dos conflitos de interesse e de poder no epicentro das análises sobre as decisões, as políticas e as trajetórias adotadas pelos governos até aqui em nome de uma inevitabilidade mecânica e econômica absolutamente falsa. Pouco a pouco o pensamento começa a redescobrir a história e os processos de formação, e a própria juventude volta a ficar insatisfeita com o aprisionamento de suas cabeças no presente e com a promoção ativa do desconhecimento do tempo e da história, transformados numa virtude pelas academias, os professores e o pensamento em geral destas últimas décadas. O segredo da apologia do presente, do atual, da última palavra, da moda começa a ser descoberto, e as pessoas começam a se desfazer da “idiotia da novidade”. É um primeiro passo de volta ao pensamento inteligente. Logo se seguirão outros.